

Sumário

Palavras Prévias – 17ª edição (a Reforma do Código Civil no Anteprojeto do Senado: contexto e algumas novidades)	27
Apresentação	37
Prefácio.....	39
Capítulo I ► Introdução e Princípios Constitucionais do Direito das Famílias.....	41
1. As famílias	43
1.1 Modelando a importância e a feição das famílias	43
1.2 A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	44
1.3 A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade).....	46
1.4 Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	49
2. O direito das famílias.....	52
2.1 Noções conceituais	52
2.2 Estrutura do Direito das Famílias.....	54
2.3 Objeto de estudo do Direito das Famílias.....	54
2.4 A natureza jurídica (enquadramento topológico) das normas do Direito das Famílias	55
2.5 A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo)...	56
2.6 A privacidade familiar	59
3. Importância e conteúdo atual do afeto como elemento estrutural da família contemporânea: postulado normativo aplicativo das normas.....	62
4. Fontes do direito das famílias	66
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	68
5.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: as regras e os princípios	68
5.2 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras	70
5.3 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito das Famílias	72
5.4 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de utilização da técnica de derrotabilidade (<i>superabilidade</i> ou <i>defeasibility</i>) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos).....	75
5.5 A vinculação do tecido normativo do direito das famílias aos princípios constitucionais	81
5.6 As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista).....	83
5.7 A não taxatividade do rol constitucional	85
5.8 Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	86
5.8.1 Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	86

5.8.2	Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher	107
5.8.3	Princípio da igualdade substancial entre os filhos	120
5.8.4	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental).....	121
5.8.5	Princípio da facilitação da dissolução do casamento.....	125
6.	A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	127
7.	A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o venire contra factum proprium e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares).....	129
7.1	A confiança como valor jurídico das relações privadas.....	129
7.2	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	131
7.3	Aplicação do venire contra factum proprium e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares	132
7.4	A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável (o afeto como postulado das relações familiares, e não como princípio).....	137
8.	A função social da família.....	141
9.	Responsabilidade civil nas relações de família e o cabimento das medidas de tutela específica, inclusive <i>astreintes</i>	143
10.	A perda de uma chance nas relações de família	150
11.	O procedimento especial dedicado às ações de família pelo Código de Processo Civil de 2015..	153
11.1	O cabimento do procedimento especial das ações de família e as suas exceções	153
11.2	Ressuscitando da mansão dos mortos: a possibilidade de separação	156
11.3	Especificidade do procedimento especial das ações de família: a mediação familiar obrigatória.....	157
11.4	O <i>iter</i> procedimental das ações de família.....	162
11.5	A intervenção do Ministério Público	164
11.6	Indícios de abuso ou alienação parental.....	165
11.7	A questão da revelia nas ações de família	166
11.8	Os poderes do juiz nas ações de família.....	167
11.9	A incidência da teoria da carga probatória dinâmica nas ações de família e a distribuição do ônus da prova.....	168
11.10	A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de família	170
11.11	A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade) nas ações de família	175
11.12	A excepcional possibilidade de utilização de prova ilícita nas ações de família	177
11.13	Os negócios jurídicos processuais em ações de família	181
Capítulo II ► O Casamento (A Família Matrimonializada).....		183
1.	Uma visão constitucional do casamento.....	184
2.	Estrutura jurídica do casamento	186
2.1	Noções conceituais	186
2.2	Finalidades do casamento.....	190
2.3	Natureza jurídica do casamento	193
2.4	Características do casamento	194
2.5	Prova do casamento	197
2.6	Os sponsais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	199
2.7	Agências de casamento (corretagem matrimonial)	203

2.8	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.....	204
2.9	Impedimentos matrimoniais.....	208
2.9.1	Noções conceituais.....	208
2.9.2	Oposição dos impedimentos matrimoniais.....	209
2.9.3	Classificação dos impedimentos.....	212
2.9.4	Impedimentos resultantes do parentesco.....	213
2.9.5	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	218
2.9.6	Impedimento resultante da prática de crime.....	219
2.10	Causas suspensivas matrimoniais.....	220
2.10.1	Noções conceituais.....	220
2.10.2	Oposição das causas suspensivas.....	222
2.10.3	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	223
2.10.4	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>).....	224
2.10.5	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	224
2.10.6	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	225
2.11	A habilitação para o casamento.....	226
2.11.1	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	226
2.11.2	A capacidade para o casamento, a impossibilidade de suprimento judicial de idade e a possibilidade de suprimento judicial do consentimento dos pais.....	227
2.11.3	O novo (e simplificado) procedimento de habilitação e as suas diferentes fases.....	231
2.12	Casamento de militares.....	236
2.13	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	237
2.14	Contrato de emprego entre cônjuges.....	238
3.	Existência, validade e eficácia do casamento.....	238
3.1	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento.....	238
3.2	A existência do casamento.....	240
3.3	A validade do casamento.....	244
3.3.1	Generalidades.....	244
3.3.2	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	246
3.3.3	O casamento anulável (invalidade relativa).....	250
3.3.4	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	259
3.3.5	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	262
3.3.6	O casamento putativo.....	263
4.	Celebração do casamento.....	265
4.1	Noções gerais.....	265
4.2	Formalidades da celebração.....	267
4.3	O momento da celebração.....	268
4.4	O casamento consular.....	270
4.5	O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	271
4.6	Conversão da união estável em casamento.....	274
4.7	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	276
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	280

5.1	Generalidades	280
5.2	Efeitos sociais	281
5.3	Efeitos pessoais.....	284
5.3.1	Noções gerais.....	284
5.3.2	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	286
5.3.3	Fixação do domicílio conjugal.....	290
5.3.4	Os direitos e deveres recíprocos.....	291
5.4	Efeitos patrimoniais	297
5.5	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	299
5.6	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	304
Capítulo III ► O Regime de Bens do Casamento		307
1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	307
1.1	Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento	307
1.2	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento	309
1.3	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional	311
1.4	A teoria da análise econômica do Direito aplicável ao regime patrimonial das relações afetivas.....	314
1.5	A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens....	315
2.	Lineamentos sobre o regime de bens	317
2.1	Noções conceituais sobre o regime de bens.....	317
2.2	Princípios norteadores do regime de bens	318
2.2.1	Generalidades.....	318
2.2.2	O princípio da liberdade de escolha do regime de bens.....	318
2.2.3	O princípio da variedade dos regimes de bens.....	330
2.2.4	O princípio da mutabilidade motivada do regime de bens	331
2.3	Eficácia do regime de bens no casamento.....	341
2.4	Regime de bens na união estável	342
2.5	A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens e o procedimento judicial previsto no Código de Processo Civil de 2015	344
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição.....	349
3.1	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas	349
3.2	Atos que independem do consentimento do consorte.....	350
3.3	A proteção dos terceiros de boa-fé	353
3.4	Atos que dependem do consentimento do cônjuge	354
3.4.1	A exigência de consentimento para determinados atos	354
3.4.2	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável.....	358
3.4.3	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens ...	360
3.4.4	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	361

3.4.5	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (a incidência do <i>venire contra factum proprium</i> – proibição de comportamento contraditório).....	362
3.4.6	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	366
4.	O pacto antenupcial.....	366
4.1	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo.....	366
4.2	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis.....	371
4.3	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade.....	372
4.4	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos.....	373
4.5	Possibilidade de cláusula de acordo de procedimento (negócio jurídico processual atípico) no pacto antenupcial.....	374
5.	Os diferentes regimes de bens.....	375
5.1	Generalidades.....	375
5.2	O regime de comunhão parcial de bens.....	376
5.3	O regime de comunhão universal de bens.....	388
5.4	O regime de separação convencional ou absoluta de bens.....	392
5.5	O regime de participação final nos aquestos.....	398

Capítulo IV ► A Dissolução do Casamento (O Divórcio) 403

1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado.....	404
2.	A dissolução do casamento.....	408
2.1	Escoço histórico evolutivo da dissolução do casamento.....	408
2.2	Os antecedentes da Emenda Constitucional nº 66/10.....	409
2.3	O sistema de dissolução do casamento: unitário ou dualista?.....	411
2.4	Questões intertemporais relativas à eliminação da separação do sistema jurídico brasileiro.....	414
2.5	A separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento.....	415
2.6	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva).....	419
2.7	A dissolução do casamento pela morte.....	422
2.8	A morte presumida como causa dissolutória do casamento.....	424
3.	O divórcio.....	426
3.1	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional.....	426
3.2	Noções conceituais.....	429
3.3	Requisito constitucional único para o divórcio.....	431
3.4	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015).....	432
3.5	Superação do regime diferenciado do divórcio.....	435
3.6	O divórcio litigioso e o divórcio consensual.....	436
3.7	O divórcio consensual.....	436
3.7.1	Generalidades.....	436
3.7.2	O divórcio consensual em juízo.....	437
3.7.3	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo).....	442

3.8	O divórcio litigioso	446
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio (aplicáveis também à separação).....	449
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio	464
5.1	A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015	464
5.2	Outras controvérsias patrimoniais relevantes	469
Capítulo V ► A União Estável (A Família Convivencial)		477
1.	Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	478
2.	Esorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira	483
3.	A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias	489
3.1	A união livre e a sociedade de fato	489
3.2	O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico.....	490
3.3	A união estável	495
3.4	O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa.....	497
4.	Elementos caracterizadores da união estável	499
4.1	Noções gerais	499
4.2	O <i>intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	500
4.3	A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas)	503
4.4	A estabilidade	505
4.5	A continuidade	506
4.6	A publicidade	507
4.7	A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas	508
4.8	A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares.....	509
5.	Efeitos pessoais da união estável.....	513
5.1	As relações pessoais entre os companheiros.....	513
5.2	Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação	515
5.3	Direito ao uso do sobrenome do companheiro	518
5.4	Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade.....	519
5.5	Adoção por companheiros em união estável.....	519
5.6	Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	521
5.7	Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano	521
5.8	A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável).....	523
5.9	Enquadramento como herdeiro necessário	524
5.10	Impedimento para testemunhar	525
6.	Efeitos patrimoniais.....	525
6.1	As consequências econômicas da união estável.....	525
6.2	O regime de bens e o direito à meação	526
6.3	O contrato de convivência na união estável e seus efeitos	534
6.3.1	Contornos gerais do contrato de convivência.....	534

6.3.2	A celebração do contrato de convivência e a sua modificabilidade	535
6.3.3	Eficácia do pacto convivencial	536
6.3.4	Conteúdo	537
6.3.5	O contrato de namoro e os seus efeitos sobre a união estável	539
6.3.6	O contrato de convivência e os companheiros sócios	540
6.4	Alimentos na união estável	541
6.5	A sucessão entre os companheiros	543
6.6	O direito real de habitação	545
6.7	Direito aos benefícios previdenciários	547
6.8	Direito à inventariança	547
6.9	Efeitos tributários	548
6.10	Impenhorabilidade do bem de família	548
7.	Conversão da união estável em casamento	549
8.	Aspectos processuais da união estável	551
8.1	A competência da vara de família para processar e julgar ações atinentes à união estável	551
8.2	Segredo de justiça, revelia e inexistência de foro privilegiado em favor da companheira pela simples condição de mulher	552
8.3	Intervenção do Ministério Público	555
9.	Ações típicas da união estável	555
9.1	Generalidades	555
9.2	Reconhecimento e dissolução de união estável	556
9.3	Ação de petição de herança	557
9.4	Ações possessórias	557
9.5	Alimentos	558
9.6	Embargos de terceiros	559
10.	União estável, direito intertemporal e a aquisição de bens em diferentes momentos	559
Capítulo VI ► A parentalidade		563
1.	O parentesco na perspectiva civil-constitucional	563
2.	As estruturas elementares da parentalidade	567
2.1	Prolegômenos	567
2.2	Noções conceituais sobre a parentalidade	569
2.3	O vínculo parental: linhas e graus	571
2.4	Efeitos jurídicos decorrentes da parentalidade	574
3.	As espécies de PARENTALIDADE	576
3.1	Espécies de parentalidade	576
3.2	O parentesco por afinidade	579
3.3	O parentesco e a obrigação alimentar	584
Capítulo VII ► A Filiação e o Reconhecimento de Filhos		589
1.	A filiação à luz de uma interpretação conforme a constituição	590
2.	Noções elementares sobre a filiação	593
2.1	Noções conceituais sobre a filiação	593
2.2	Breve referência histórica sobre a filiação: um histórico de desigualdades	596

2.3	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	598
2.4	A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel” ou gestação por substituição)	603
2.5	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	607
2.6	O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória.....	614
2.7	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente e o direito ao bebê salvador/medicamento	620
3.	Crítérios determinantes da filiação	623
3.1	Generalidades	623
3.2	Crítério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>).....	624
3.2.1	O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	624
3.2.2	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	626
3.2.3	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual)	629
3.2.4	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida.....	631
3.2.5	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade).....	641
3.3	Crítério biológico (exame DNA)	645
3.4	Crítério afetivo (a filiação socioafetiva)	648
3.5	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação).....	655
3.6	A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos.....	660
4.	O reconhecimento de filhos	662
4.1	Breve esboço histórico sobre o reconhecimento de um filho	662
4.2	Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos.....	663
4.3	O reconhecimento voluntário de filhos	664
4.4	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa	672
4.5	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	674
4.5.1	Noções gerais.....	674
4.5.2	A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade).....	675
4.5.3	A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investigação de origem ancestral): distinções relevantes	675
4.5.4	Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais.....	679
4.5.5	Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva	681
4.5.6	Natureza jurídica das ações filiatórias	683
4.5.7	Imprescritibilidade	683
4.5.8	Possibilidade de cumulação com outros pedidos.....	684
4.5.9	Legitimidade ativa.....	685
4.5.10	Legitimidade passiva.....	692
4.5.11	Liticonsórcio.....	694
4.5.12	Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos juris</i>).....	695
4.5.13	Competência	696
4.5.14	A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	697
4.5.15	A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos	698

4.5.16	A prova nas ações investigatórias de parentalidade	699
4.5.17	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família	708
4.5.18	Recursos e os seus efeitos	710
4.5.19	A desistência nas ações investigatórias de parentalidade	713
4.5.20	A coisa julgada nas ações filiatórias	714
Capítulo VIII ► A Guarda de Filhos		717
1.	A guarda de filhos em visão conforme a constituição	718
2.	O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	719
3.	A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente	724
4.	A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	725
5.	A guarda compartilhada	731
5.1	Noções gerais sobre a guarda compartilhada.....	731
5.2	Critérios para o compartilhamento da guarda.....	733
5.3	Guarda compartilhada coativa?	736
5.4	Separando o joio do trigo: distinções relevantes entre a guarda compartilhada e a guarda alternada e suas possibilidades.....	737
5.5	A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado.....	740
5.6	Guarda compartilhada com pais residindo em locais diferentes.....	743
5.7	Guarda compartilhada, pluriparentalidade e fixação entre diferentes parentes.....	745
5.8	Guarda compartilhada como medida de prevenção à alienação parental.....	746
5.9	Guarda compartilhada e risco de violência doméstica ou familiar	747
6.	A guarda e a possibilidade de mudança de domicílio do guardião	749
7.	O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral e a sua distinção com a guarda	750
Capítulo IX ► Os Alimentos.....		755
1.	Os alimentos na visão civil-constitucional	756
1.1	Os alimentos na perspectiva do direito civil-constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana	756
1.2	Os alimentos como expressão do princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação	757
2.	Noções gerais sobre os alimentos.....	760
2.1	Noções conceituais e natureza jurídica.....	760
2.2	Características	762
2.2.1	Generalidades	762
2.2.2	Caráter personalíssimo	763
2.2.3	Irrenunciabilidade	763
2.2.4	Atualidade	766
2.2.5	Futuridade.....	767
2.2.6	Imprescritibilidade	767
2.2.7	(In)Transmissibilidade	768

2.2.8	A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	772
2.2.9	Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento..	780
2.2.10	Incompensabilidade	781
2.2.11	Impenhorabilidade	782
2.3	Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo	784
2.4	Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	785
2.4.1	Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar.....	785
2.4.2	Alimentos entre cônjuges	785
2.4.3	Alimentos decorrentes do parentesco	796
2.5	Fixação do quantum alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	820
2.6	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos	822
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos).....	824
3.1	Generalidades	824
3.2	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios.....	824
3.3	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência)	826
3.4	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos	827
3.5	Alimentos transitórios.....	829
4.	Aspectos processuais dos alimentos	831
4.1	Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos	831
4.2	Competência para processar e julgar a ação de alimentos.....	831
4.3	A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público..	833
4.4	O procedimento na ação de alimentos.....	835
4.4.1	Petição inicial	835
4.4.2	Despacho liminar e os alimentos provisórios.....	836
4.4.3	A citação do réu e os seus efeitos.....	837
4.4.4	Audiência única de conciliação, instrução e julgamento.....	837
4.4.5	Intervenção do Ministério Público como <i>custos juris</i> (fiscal da ordem jurídica).....	839
4.4.6	A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia	841
4.4.7	A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência (sinais externos de riqueza).....	846
4.4.8	Recurso cabível.....	846
4.4.9	A coisa julgada na ação de alimentos	847
4.5	A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional.....	848
4.6	A ação de oferta de alimentos	851
4.7	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais.....	852
4.8	Os alimentos internacionais	855
4.9	A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>) no âmbito alimentício e o procedimento especial previsto no Código de Processo Civil de 2015	857
5.	A execução dos alimentos.....	862
5.1	A efetivação dos alimentos e as idiosincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar.....	862

5.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial e as múltiplas técnicas disponibilizadas ao credor	866
5.3	Execução de alimentos decorrentes de título judicial (cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos): a variabilidade e a cumulabilidade de técnicas executivas.....	868
5.4	A prisão civil do devedor de alimentos	874
5.5	A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais.....	877
6.	A prestação de contas em alimentos.....	880
7.	A ação de reembolso e o seu amplo espectro de cabimento.....	884
8.	A impossibilidade de alegação da teoria do adimplemento substancial (<i>substancial performance</i>) nas obrigações alimentícias.....	886
9.	O abuso do direito e os alimentos e a possibilidade de aplicação das figuras do <i>venire contra factum proprium</i> e <i>supsessio/surrectio</i>	888
Capítulo X ► O Bem de Família.....		893
1.	O bem de família como consequência da teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito constitucional ao mínimo existencial)	894
2.	O bem de família no direito brasileiro	898
2.1	A dualidade de regimes	898
2.2	O valor da família e a proteção do imóvel do devedor sozinho	899
2.3	Natureza jurídica do bem de família.....	901
3.	O bem de família convencional.....	901
3.1	Noções conceituais	901
3.2	Extensão da proteção	902
3.3	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	903
3.4	Legitimação para a instituição do bem de família convencional	904
3.5	Duração	905
3.6	A questão da solvência do instituidor.....	905
3.7	O Ministério Público e o bem de família	906
4.	O bem de família legal.....	906
4.1	Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial.....	906
4.2	Alargamento do objeto.....	908
4.3	Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	912
4.4	Característica do bem de família legal	913
4.5	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor	913
4.6	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal.....	919
4.7	Retroatividade.....	927
4.8	Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva.....	927
4.9	Alegação no processo e oferta voluntária de bem de família à penhora pelo devedor	929
5.	Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa humana sozinha.....	931

Capítulo XI ► A Tutela e a Curatela dos Interditos (Institutos Protetivos Complementares da Família).....	935
1. Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional	936
2. A tutela.....	937
2.1 A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional nº 65/10).....	937
2.2 Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infantojuvenis	939
2.3 Modalidades de tutela.....	941
2.4 Manifestação de vontade do tutelado	945
2.5 Incapacidade para a tutela.....	945
2.6 Escusa dos tutores.....	947
2.7 Garantia da tutela	949
2.8 O protutor.....	951
2.9 Ação de nomeação de tutor.....	952
2.10 Exercício da tutela	956
2.10.1 Generalidades	956
2.10.2 O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado	957
2.10.3 O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado	958
2.11 Responsabilidade judicial na tutela.....	960
2.12 Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	961
2.13 Prestação de contas.....	962
2.14 Extinção da tutela.....	964
3. A curatela	966
3.1 A personalidade e a capacidade jurídica.....	966
3.2 Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	968
3.3 A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	969
3.4 A capacidade de direito e a capacidade de fato	970
3.5 A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	971
3.6 O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil	977
3.7 Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	983
3.8 As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA)	991
3.9 A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	998
3.10 Críticas (justas) à teoria das incapacidades	999
3.11 O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	1002
3.11.1 As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional).....	1002
3.11.2 A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatelar situações existenciais)	1005
3.11.3 A ação de curatela.....	1008
3.12 A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1027

3.13 Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva	1028
3.14 A curatela especial do nascituro	1029
Capítulo XII ► A Adoção e o seu Regime Jurídico	1031
1. Uma visão constitucional da adoção	1032
2. Generalidades sobre a adoção	1034
2.1 Noções conceituais	1034
2.2 Dualidade de sistemas jurídicos	1036
2.3 A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa	1039
2.4 O estágio de convivência	1043
2.5 Legitimidade para a adoção.....	1044
2.6 A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1048
2.7 A adoção pelo par homoafetivo	1051
2.8 A adoção “à brasileira”	1054
2.9 (Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões	1055
2.10 A adoção póstuma.....	1056
2.11 O direito ao parto anônimo (parto em sigilo) e a sua correlação com a adoção.....	1060
2.12 Efeitos jurídicos da adoção	1062
2.13 A possibilidade de mudança de nome na adoção	1064
2.14 O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.....	1065
3. Aspectos processuais da adoção	1068
3.1 Generalidades: o procedimento judicial de adoção	1068
3.2 Competência	1070
3.3 A atuação do Ministério Público.....	1071
3.4 O cadastro, o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção e a excepcionalidade da adoção <i>intuitu personae</i>	1072
3.5 A sentença no procedimento de adoção	1076
3.6 O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação	1077
4. A possibilidade de apadrinhamento de criança e adolescente em programa de acolhimento familiar ou institucional.....	1078
5. A sistemática da adoção internacional.....	1081
Bibliografia	1083